

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1371, 05 DE JULHO DE 2024
Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;
Considerando o disposto no art. 15 da Lei nº 15.301, de 10 de agosto de 2004, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5234998-44.2022.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.
Resolve:
Art. 1º - Conceder a segunda Promoção por Escolaridade Adicional na carreira da servidora constante no anexo I desta Resolução, lotada na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo nº 5234998-44.2022.8.13.0024
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2024
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1381255/7	LUISA MARA MARQUES NOGUEIRA	ANEDS	II	A	III	A	30/06/2024

10 1964796 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1365, 05 DE JULHO DE 2024
Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;
Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5010971-55.2020.8.13.0313, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, para o Nível II, retroativa a 25 de junho de 2020, sendo às promoções subsequentes após decorrido o prazo de 02 (dois) anos em cada nível, desde que preencha os demais requisitos, até que seja promovido ao nível da carreira cujo requisito seja equivalente à sua escolaridade.
Resolve:
Art. 1º - Conceder a terceira Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo nº 5010971-55.2020.8.13.0313.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2024
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1446698/3	HUGO BUENO CARVALHO	ASP	III	B	IV	A	25/06/2024

10 1964763 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1368, 05 DE JULHO DE 2024
Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;
Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5007477-28.2022.8.13.0471, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referente legislação.
Resolve:
Art. 1º - Conceder a terceira Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo nº 5007477-28.2022.8.13.0471.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2024
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1084096/5	MARCIANO MARCOS DA SILVA	ASP	II	C	III	B	29/06/2024

10 1964784 - 1

RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 1364, 05 DE JULHO DE 2024
Dispõe sobre promoção por escolaridade adicional ao servidor da carreira da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública.
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do §1º, do art. 93, da Constituição Estadual; e pelo art. 34, da Lei nº 24.313 de 28 de abril de 2023 e;
Considerando o disposto no art. 11 da Lei nº 14.695, de 30 de julho de 2003, e no art. 3º, § 3º do Decreto 44.769, de 07/04/2008, bem como visando o cumprimento da determinação judicial contida nos autos do Processo Judicial nº 5098633-17.2021.8.13.0024, em que foi julgado procedente o pedido aviado na inicial, condenando o Estado de Minas Gerais a realizar a promoção por escolaridade adicional da parte autora, conforme critérios elencados na referida legislação.
Resolve:
Art. 1º - Conceder a terceira Promoção por Escolaridade Adicional, na carreira do servidor constante no anexo I desta Resolução, lotado na Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública, em cumprimento ao Processo nº 5098633-17.2021.8.13.0024.
Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 05 de julho de 2024
ROGÉRIO GRECO
Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública.

MASP	NOME DO SERVIDOR	CARREIRA	DE		PARA		VIGÊNCIA
			NÍVEL	GRAU	NÍVEL	GRAU	
1279481/4	GERSON JOSE DA SILVA SANTOS	ASP	III	C	IV	A	24/06/2024

10 1964760 - 1

RETIFICAÇÃO ATO Nº 626/2024:RETIFICA O ATO DE CONCESSÃO DE FÉRIAS-PRÊMIO, ao(s) servidor(es):

Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 002/2015, publicado em 26/05/2014.

Onde se lê: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 26/05/2014.

Leia-se: referente, ao 1º quinquênio de exercício a contar de 26/05/2009 data exercício no cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.

Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 007/2019, publicado em 25/07/2019.

Onde se lê: referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 25/07/2019.

Leia-se: referente, ao 2º quinquênio de exercício a contar de 06/01/2012, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.

Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, por motivo cumprimento de decisão Judicial, no Ato 575/2024, publicado em 29/06/2024.

Onde se lê: referente, ao 3º quinquênio de exercício a contar de 24/05/2024.

Leia-se: referente, ao 3º quinquênio de exercício a contar de 04/01/2017, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

No impedimento,

Henrique Rodrigues Chaves Pereira Ferri
(Designado para Responder pela Superintendência Recursos Humanos)

10 1964329 - 1

ATO 615/2024 – AFASTAMENTO PARA PROMOÇÃO DE CAMPANHA ELEITORAL
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso de suas atribuições, conferidas pelo §1º inciso VI do Art. 93 da Constituição do Estado de Minas Gerais, Decreto nº 48659, de 28/07/2023, autoriza, nos termos da Lei Complementar Federal nº 64, de 18 de maio de 1990, a Resolução Conjunta SEPLAG/ CGE/SEGOV nº 10.899, de 13 de março de 2024, a afastar-se

EDITAL DE CHAMAMENTO

O Sr. Guilherme Rasmussen Codinho, Presidente da Comissão designada para apurar os fatos constantes no Processo Administrativo Disciplinar - Portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD nº 466/2023, publicado no Diário Oficial em 29 de novembro de 2023, tendo em vista o disposto no artigo 225, parágrafo único da Lei Estadual nº 869 de 05 de julho de 1952, CITA, durante 08 (oito) dias consecutivos, REYLLER VOGEL DOS SANTOS - MaSP 1-454.076-1, por se achar em local incerto e não sabido, para comparecer perante a Comissão, instalada na Sede da Diretoria Regional da 13ª RISP, Rua Coronel Teodoro Gomes de Araújo, 115, Gragoatá, CEP 36202-628, Barbacena – MG, nos dias úteis, das 08:00 às 16:00 horas, telefone (32) 3332-2123, e-mail nucad13@gmail.com, no prazo de 10 dias, a contar da oitava e última publicação deste edital no Diário Oficial do Estado de Minas Gerais, a fim de tomar conhecimento do Processo Administrativo Disciplinar Simplificado em seu desfavor, acompanhar tramitação, solicitar diligências, juntar documentos, constituir advogado, apresentar rol de testemunhas e defesa prévia, caso queira, para os fatos atribuídos que caracterizam, em tese, ilícitos administrativos, conforme portaria inaugural, estando sujeito às sanções administrativas de repressão ou suspensão, nos termos da Lei 869/1952, sob pena de REVELIA.

Barbacena, 04 de julho de 2024

Guilherme Rasmussen Codinho

MASP 1.379.045-6

Presidente da Comissão

03 1961562 - 1

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.042/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por EDSON DOS SANTOS AMANCIO FILHO - MaSP 1.204.845-0, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD nº 234/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 23 de abril de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 409/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Kirk Pereira OAB/MG 185.280. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determino o envio do DECIDIDO à SULTO para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de julho de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.042/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por ANDRE DE MOURA PEREIRA - MaSP 1.208.984-3, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD nº 562/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 5 de março de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 321/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Frederico de Carvalho Escobar OAB/MG 167.702. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determino o envio do DECIDIDO à SULTO para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de julho de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.042/2019, tendo em vista pedido de reconsideração apresentado por WAGNER MARQUES OLIVEIRA JUNIO - MaSP 1.452.563-8, em relação ao Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela portaria NUCAD/Cset - SEJUSP/PAD nº 201/2022, com decisão publicada no Diário Oficial datado de 16 de maio de 2024, resolve negar-lhe provimento mantendo a decisão anteriormente proferida, fundamentado no Parecer nº 390/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024. Nos termos do art. 272, § 2º do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do recorrente acima qualificado e do advogado Diego Yuri Lima OAB/MG 179.764. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para interposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determino o envio do DECIDIDO à SULTO para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de julho de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta na Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela Portaria NUCAD-CSE-SEJUSP/SAI nº 002/2021, em contrato publicado no Diário Oficial datado de 7 de outubro de 2021, bem como no Parecer 407/CGE/CSET SEJUSP/NUCAD PROC./2024, ARQUIVA os autos da presente sindicância realizada para apurar irregularidades ocorridas na prestação de Contas de Convênio celebrado entre a Secretaria de Estado de Defesa Social e o Congregação dos Religiosos Terceiros Capuchinhos de Nossa Senhora das Dores.

Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de julho de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO
O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD nº 489/2022, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 12 de outubro de 2022, bem como no Parecer nº 433/CGE/Cset SEJUSP/NUCAD PROC./2024, aplica a penalidade de SUSPENSÃO de 1 (um) dia ao processado ALEZ PARASIMO MAYNARTI - MaSP 1.442.795-9, omissivo do cargo e agente de Segurança Penitenciária, admitido a 1, lotado no Presídio de São Francisco I a época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por observância do disposto no art. 216, incisos V, VI e VII, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considere-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determino o envio de cópia do DECIDIDO à SULTO para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 10 de julho de 2024.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

10 1964812 - 1

QUINQUÊNIO – ATO Nº 625/2024
CONCEDE QUINQUÊNIO, nos termos do art. 112 do ADCT, da CE/1989, ao(s) servidor(es) abaixo:
Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, referente ao 1º quinquênio, a contar de 26/05/2009 data exercício no cargo efetivo, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.
Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, referente ao 2º quinquênio, a contar de 04/01/2012, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.
Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, referente ao 3º quinquênio, a contar de 04/01/2017, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.
Masp 1079298-4, RICARDO LUIZ ARAUJO, ASP, IV/B, referente ao 4º quinquênio, a contar de 04/01/2022, computado o período de Contrato Administrativo de 20/11/2001 a 21/05/2009, nesta Secretaria, em cumprimento ao Processo Judicial nº 5126531-34.2023.8.13.0024.

Ana Louise de Freitas Pereira

Superintendente de Recursos Humanos

No impedimento,

Henrique Rodrigues Chaves Pereira Ferri
(Designado para Responder pela Superintendência Recursos Humanos)

10 1964328 - 1

Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Mariêlia Carvalho de Melo

Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam

A Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas, torna público que foi DEFERIDO o requerimento de transferência de responsabilidade administrativa da licença ambiental abaixo identificada:
- Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS RAS: 1º Posto Salmeron Ltda., Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retaltistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Prapar/MG, nº da matrícula: 3122, PA nº 3122/2021, Classe 3. Concedida com condicionantes a serem cumpridas pelo responsável Posto Salmeron Ltda., CNPJ 23.897.994/0001-96 para o novo titular JMF Comércio de Combustíveis Ltda., CNPJ 04.524.416/0008-36.

(a) Ministério do Meio Ambiente

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental Norte de Minas

10 1964841 - 1

O Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata, torna público que foi requerida a Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/desta autoria identificada, com decisão pelo deferimento: 1) Jazez Lopes Duarte e Cia Ltda – Lopes Mineração, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Guaraicaba/MG, PA SIA 121/2024, com validade até 10/07/2032.

(a)Orgval da Silva

Chefe da Unidade Regional de Regularização Ambiental da Zona da Mata.

10 1964759 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - Copam torna públicas as DECISÕES deliberadas na 166ª Reunião Ordinária da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas, realizada remotamente, via vídeo conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço eletrônico: <https://www.youtube.com/channel/UCU1r1AB462m8p3C1Kj4w> no dia 09 de julho de 2024, às 14h, a saber: 5. Exame da Ata da 165ª RO de 11/06/2024. APROVADA. 6. Processo Administrativo para exame do Recurso ao arquivamento de processo de regularização ambiental: 6.1 Gerdaus Aços Longos S.A./Fazendas Riacho dos Porcos, vale das Embaúbas I e II - Silvicultura e Produção de carvão vegetal oriundo de floresta plantada - Rio Paranaíba de Minas Gerais. Operação de Operação - PA/Nº 3621/2005/007/2015 - Processo Híbrido SEU/Nº 1370.01.001/12/2021-46 - Classe 5. Apresentação: URA/NM. INDEFERIDO. 7.2 Processos Administrativos para exame do Recurso de Autos de Infração: 7.1 Daniel Medeiros Ferreira/Fazenda Espirito Santo - Realizar desmatte em forma de corte raso com destoca em área com 142 hectares de vegetação nativa cerrado sensu stricto, sem autorização do órgão ambiental competente; Desrespeitar competência ou suspensão de carvão sem autorização ambiental para funcionamento ou cadastro junto ao IEF; Armazenar 27 (vinte e sete) m³ de carvão vegetal de origem nativa sem os documentos de controle ambiental obrigatórios; Realizar o corte de 142 árvores da espécie carvalho brasileiro (U. peruviana) imune de corte assim declarado pelo poder público; Utilizar trator em floresta e demais formas de vegetação sem registro no órgão ambiental competente; Desrespeitar competência ou suspensão de atividade da flora - Francisco Dumont/MG - PA/CAP/Nº 50137/22 - AIN/Nº 3514/2017. Apresentação: URFis/NM. INDEFERIDO. 7.2 Edivaldo Antunes de Sousa/Fazenda Iguari - Retirar ou tomar inservível produto da flora nativa oriunda de exploração, desmatte, destoca, supressão, corte ou extração de floresta e demais formas de vegetação, realizada sem autorização ou licença do órgão ambiental competente, ou em desacordo com a autorização ou licença concedida; Explorar, desmatar, destocar, suprimir, extrair, danificar, ou provocar a morte de florestas e demais formas de vegetação de espécies nativas, sem licença ou autorização do órgão ambiental; Fazer queimada sem licença ou autorização concedida pelo órgão ambiental em Área de Preservação Permanente (APP), em Reserva Legal (RL), em zona de amortecimento de Unidade de Conservação (UC) ou em Unidade de Conservação de uso sustentável cuja posse e o domínio não são públicos; Desenvolver atividade que dificulte ou impeça a regeneração natural de floresta e demais formas de vegetação, exceto em área legalmente permitida, em Área de Preservação Permanente (APP), Reserva Legal (RL), Unidade de Conservação (UC) de uso sustentável ou zona de amortecimento de Unidade de Conservação de proteção integral. Desrespeitar total ou parcialmente, penalidade de suspensão ou embargo, em Área de Preservação Permanente (APP), em Reserva Legal ou Unidade de Conservação de uso sustentável cuja posse ou domínio não são públicos: 1500 hectares ou fração - Bonito de Minas/ MG - PA/CAP/Nº 7457/922 - AIN/Nº 288903/2016. Apresentação: URFis/NM. INDEFERIDO. 7.3 Hugo Leonardo Martins - Desmatar 20 hectares de topografia florestal nativa caracterizada como Floresta Estacional Decidual em estágio inicial de regeneração em áreas comuns, sem licença ou autorização ambiental; Fazer queimada sem autorização ambiental em uma área de 203 hectares considerada comum - Gamaelinas/MG - PA/CAP/Nº 454014/21 - AIN/Nº 08063/2016. Apresentação: URFis/NM. RETIRADO DE PAUTA. 7.4 Cengiz Distribuição S/A - Provocar incêndio em florestas e demais formas de vegetação no interior da Unidade de Conservação (UC) Parque Estadual do Cuiabá, em uma área de 418 hectares - Fazendas Cardoso/ MG - PA/CAP/Nº 764259/22 - AIN/Nº 303972/2022. Apresentação: URFis/NM. INDEFERIDO. 7.5 Alceides Mendes Silva/Fazenda Barra de São José - Apanhar espécimes da fauna silvestre nativa, sem a devida autorização, licença ou autorização da autoridade competente - Sesias/ MG - PA/CAP/Nº 764218/19 - AIN/Nº 133088/2019. Apresentação: URFis/NM. DEFERIDO.

(a) Frederico Augusto Massote Bonifácio
Presidente Suplente da Unidade Regional Colegiada Norte de Minas.

10 1964612 - 1

Documento assinado eletronicamente com fundamento no art. 6º do Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017.
A autenticidade deste documento pode ser verificada no endereço <http://www.jornalminasgerais.mg.gov.br/autenticidade>, sob o número 3202407110144400129.